

## **O PNAIC NA ESCOLA DO CAMPO: SABERES, FAZERES E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE PARA O PLANEJAMENTO ESCOLAR**

Lucília Rosália Dutra Gonçalves (1); Jadson dos Santos Pereira (1);

*Universidade Federal do Maranhão – UFMA*

*E-mail: atendimento@ufma.br*

**Resumo:** O trabalho aborda o lugar do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC como programa de formação de professores alfabetizadores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental de 1º ao 3º ano da Escola Municipal Prudêncio Albuquerque dos Santos localizada no povoado de Mamuna, Icatu – MA. O programa visa formar professores e tutores da Educação Infantil, além do 1º e 2º ciclo do Ensino Fundamental para desenvolver com qualidade o trabalho com a linguagem oral e escrita, além de oferecer suporte didático-pedagógico aos professores e aos coordenadores pedagógicos para que estes possam caracterizar os direitos de aprendizagem dos alunos. A metodologia se deu a partir de formações presenciais com carga horária de 180 horas, mostrou-se como recurso pedagógico em que o/a professor/a em formação utilizou diferentes linguagens e múltiplas formas de comunicação para a construção de aulas interativas. Para o aluno, tornou-se significativo na medida em que o mesmo facilitou o avanço da leitura, escrita e conhecimentos matemáticos. O PNAIC ressignifica o trabalho diário do professor em sala de aula, pois percebeu-se a partir de sua implementação que os professores obtiveram maior organização do trabalho pedagógico como planejamento bimestral, metodologias inovadoras, recursos e estratégias para a sala de aula, visando a alfabetização e letramento dos alunos, onde estes mostraram-se evoluir em suas habilidades relacionadas à leitura e escrita nos diversos tipos de textos. Contudo, o PNAIC possibilitou, experiências significativas e um contato mais aproximado da realidade educacional, além de novos conhecimentos, saberes, fazeres que consolidam a prática docente.

**Palavras-chave:** PNAIC, Formação, Planejamento, Alfabetização, Letramento.

### **Introdução**

A realidade dos professores do campo, se dá através de salas agrupadas de forma multisseriadas, dada tal característica, torna-se obrigatório a tarefa de inserir, no debate sobre alfabetização, especificidades da realidade do campo, considerando-se a diversidade de experiências e modos de organização curriculares, assim como a história de constituição dos povos do campo (agricultores, assalariados, camponeses, sem terra, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas, caiçaras, pescadores, seringueiros, dentre outros) e das infâncias ali presentes.

Partimos do princípio de que não existe infância em geral mais experiências concretas de vida, situadas nos mais diferentes tempos e espaços sócio culturais. É no

cotidiano das relações de trabalho, convívio social e com a natureza que os homens do campo constroem suas identidades e criam suas crianças que, como sujeito histórico, são determinadas por um conjunto de relações sociais, econômicas e culturais da sociedade em que vivem.

“Assim, a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto (...), não existem senão homens concretos (‘não existe homem no vazio’). Cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive numa época precisa, num lugar preciso no contexto sócio cultural. O homem é um ser de raízes espaço-temporais.” (FREIRE, 1980, p. 34).

No entanto, apesar da busca de atender as especificidades das comunidades do campo em suas dimensões espaço-temporais, defendemos a necessidade de pensarmos os currículos do campo também pela dimensão da garantia de direitos. Desse modo, por um lado, propomos a construção de currículos que deem acesso a conhecimento e habilidades que se constituam como direitos de aprendizagem a serem garantidos para todos, e, por outro, que sejam abordados, nas escolas, temas que sejam relevantes para as comunidades onde elas estão inseridas.

Para tal, é indispensável que a escola incentive a construção de narrativas e tradições locais, como forma de valorizar as singularidades identitárias do campo, ou seja, que a escola não só trate, em sala de aula, de temas relevantes para a vida cotidiana das crianças, mas que proponha ações concretas em que as crianças possam estender, para além dos muros da escola, suas conquistas, suas aprendizagens. A escola pode se enriquecer, nesse sentido, ao viabilizar projetos em que as crianças possam interagir na comunidade, fora do espaço físico escolar, sob orientação do professor, mas também ao trazer para dentro desse espaço as vivências políticas e experiências culturais de sujeitos diversos.

Um dos elementos centrais para o sucesso escolar, em especial no ciclo de alfabetização, é o desempenho e as atribuições assumidas e conferidas aos professores. Acreditamos na capacidade do professor em desenvolver sua prática com qualidade e de forma coerente através do diálogo com seus pares na escola e com os materiais curriculares. Cremos que o planejamento é um dos meios para se programar as ações docentes, um momento inicialmente pensado no coletivo da escola, que requer consciência do que se deseja fazer durante o ano letivo.

O professor(a) alfabetizador(a) é agente responsável pela formação educativa e deve favorecer através do espaço da escola a apropriação da cultura escrita pela criança no Ciclo de

Alfabetização, realizando o que o PNAIC nos chama: Introduzir, Aprofundar e Consolidar a aprendizagem da linguagem oral e escrita das crianças até oito anos de idade.

Nesse sentido, temos como objetivo compreender no processo de alfabetização e letramento a importância do PNAIC para a escola do campo, e os saberes necessários para a prática do professor em sala de aula. Pretendemos contribuir com as reflexões e discussões a cerca do tema, descrevendo o surgimento e a importância do PNAIC para a escola do campo e suas atribuições legais, analisando as concepções de alfabetização e letramento voltadas para o PNAIC na apropriação da leitura e escrita e discutindo quais os saberes necessários do PNAIC para a prática do professor em sala de aula na escola campo

## **Metodologia**

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um acordo formal assumido pelo Governo federal, estados, municípios e entidades para firmar o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo, 8 anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização. Nesse sentido, no âmbito do programa a alfabetização é defendida na perspectiva do letramento, considera-se alfabetizada a pessoa que lê e produz textos de modo autônomo. Assim o domínio do sistema de escrita alfabética não é suficiente para que o indivíduo seja considerada alfabetizada. “É importante, portanto, segundo tal abordagem, garantir o domínio do sistema de escrita e favorecer o acesso as diferentes práticas de linguagem da sociedade” (BRASIL, 2015, p. 72).

Na história do Brasil, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças têm concluído sua escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas, assim, este Pacto surge como uma luta para garantir o direito de alfabetização plena a meninas e meninos, até o 3º ano do ciclo de alfabetização. Busca-se, para tal, contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores. Este Pacto é constituído por um conjunto integrado de ações materiais e referências curriculares e pedagógicas pelo MEC, tendo como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores.

Temos como lócus da pesquisa a Escola Municipal Prudêncio Albuquerque dos Santos localizada no povoado de Mamuna na cidade de Icatu – MA. Os sujeitos envolvidos foram os alunos, professores do 1º e 2º ciclos e gestores da escola afim de contribuir para a pesquisa de campo. Os métodos da coleta de dados da pesquisa foram por meio de entrevista estruturada, observação participante, questionários e análise de dados.

Para alfabetizar e letrar as crianças do campo, é necessário que se considere o seu meio, e que a escrita se inicia a partir de sua própria história porque isso fortalecerá a sua identidade e favorecerá a apropriação de seus conhecimentos considerando-se o seu meio social e o grupo em que vive.

A criança deve estudar todas as disciplinas passeando, colecionando, desenhando, fotografando, modelando, fazendo colagens, observando plantas e animais, criando e cuidando deles. Língua, matemática, história, geografia, física e química botânica e zoologia – todas as matérias de ensino não somente admitem métodos de ensino criativo e ativo, mas exigem-no. (NARKOMPROS, apud FREITAS, 2012, p. 339)

As Diretrizes trazem à população que, ao longo da História, foi excluída do processo educacional, a conquista de alguns direitos, fruto de enfrentamentos, para que se cumpra o direito à educação e à aprendizagem de toda a população, porque a educação é, por si própria, um direito de cidadania, assegurado constitucionalmente.

Os problemas da alfabetização no Brasil têm sido amplamente discutidos por diferentes segmentos da sociedade e por pesquisadores de várias áreas. Alguns consensos já começam a ser delineados. Por exemplo, já se concebe, hoje, que um indivíduo alfabetizado não é aquele que domina apenas os rudimentos da leitura/ escrita, ou seja, que é capaz de ler e escrever palavras. Espera-se, mesmo na mais tenra idade, que a pessoa alfabetizada seja capaz de ler e escrever em diferentes situações sociais, para que possa, então, inserir-se e participar ativamente de um mundo letrado, frente às demandas sociais e aos avanços da tecnologia, que exigem sujeitos cada vez mais proficientes nas práticas de linguagem diversas.

Desse modo, o papel da escola, quando se trata do processo de alfabetização, é ensinar o sistema de escrita e propiciar condições de desenvolvimento das capacidades de compreensão e produção de textos orais e escritos. Isto é desde os primeiros anos de escolarização, espera-se que os docentes planejem situações de escrita que, ao mesmo tempo favoreçam a aprendizagem do funcionamento da escrita alfabética e possibilitem o acesso aos textos escritos de modo a garantir a inserção social em diversos ambientes e tipos de interação.

Assim, no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, quatro princípios centrais serão considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico:

1. O Sistema de escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leituras e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação



Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;

3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas de conhecimento podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam, ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;

4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem.

A formação do professor não se encerra na conclusão do seu curso de graduação, mas se realiza continuamente na sua sala de aula, onde dúvidas e conflitos aparecem a cada dia. Uma das possibilidades de superação de dificuldades é a oportunidade de discutir com outros profissionais da educação, o que pode favorecer a troca de experiências e propiciar reflexões mais aprofundadas sobre a própria prática.

Dessa forma, para o professor, a finalidade do ensino, da leitura e da escrita é propiciar ao aluno o desenvolvimento da competência comunicativa para a solução dos problemas da vida cotidiana, acesso à cultura e participação plena no mundo letrado. De outro modo, dizemos que a comunicação, através da linguagem, insere a criança de sua sociedade. É através dela que a criança representa o mundo, seu processo de desenvolvimento e humanização.

Nesse sentido, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e um compromisso formal assumido entre Governo Federal, Distrito Federal, Estados, Municípios e sociedade de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Na História do Brasil, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças têm concluído sua escolarização sem estarem alfabetizadas. Assim, este pacto surge como uma luta para garantir o direito de alfabetização plena a meninas e meninos, até o final do ciclo de alfabetização. Busca-se, para tal, contribuir para o aperfeiçoamento dos professores alfabetizadores. Este pacto é constituído por um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas a serem disponibilizados pelo MEC, tendo como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores. (BRASIL, 2014, p. 8)

No Ciclo de Alfabetização a preocupação central é de que o professor garanta a apropriação, pela criança, do sistema de escrita alfabética, e faça uso da leitura e da escrita para as diversas situações de vida diária. Acreditamos que o primeiro passo para organizar o tempo pedagógico é ter um bom planejamento. O estabelecimento de objetivos didáticos ajuda o professor a elaborar atividades importantes, que possam garantir diversas aprendizagens. Para tanto, é necessário que o professor conheça os seus alunos, compreenda

suas necessidades, avaliem e registrem constantemente os avanços dos estudantes com a finalidade de redimensionar seu trabalho para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados.

O que o material do PNAIC defende “é que a escola seja inclusiva e centrada no prazer de aprender” (BRASIL, 2012a, p. 11). Nesse sentido, os jogos e as brincadeiras são vistos como oportunidades de mediação entre o prazer e o conhecimento historicamente construído. Assim, a ludicidade e a aprendizagem são vistas como ações complementares, nas quais o lúdico se faz como recurso facilitador e motivador da aprendizagem escolar.

Desde a mais tenra idade, a escrita faz parte da vida da criança, nos gestos, nos rabiscos, nos brinquedos, nos desenhos, nos signos escritos e na escrita padrão, que foi aprendida primeiro pelos conceitos cotidianos, com seu olhar nas práticas sociais. Como nos esclarece Mello (2012, p. 78),

O sentido que as crianças atribuirão à escrita será adequado se ele for coerente com a função social, coerente com o significado social da escrita. Podemos mostrar as crianças – por meio das vivências que proporcionamos envolvendo a linguagem escrita – que a escrita serve para escrever histórias e poemas, escrever cartas e bilhetes, registrar planos, intenções e acontecimentos, por exemplo.

Ao falarmos em alfabetizar crianças e adultos no Brasil, podemos nos referir a práticas diversas de ensino da leitura e da escrita, desde aquelas vinculadas ao ensino de letras, sílabas e palavras com base em métodos sintéticos ou analíticos e que usam textos cartilhados, até as que buscam inserir os alunos em práticas sociais de leitura e escrita. Da mesma forma, podemos nos referir a práticas desenvolvidas em diferentes espaços: na família, no trabalho, na escola. Considerando que esta última é a instituição oficial responsável pelo ensino da leitura e da escrita, podemos considerar que, mesmo nesse espaço, esse ensino tem apresentado certa diversidade.

As mudanças didáticas e pedagógicas resultam na construção de modelos para a prática à medida que o docente enfrenta situações de conflito ou de exercício da maestria de sua profissão, refletindo sobre elas. Na articulação desses elementos, ocorre a responsabilidade de revistar e reconstruir práticas de alfabetização. Todas essas ações se consolidam em sua prática à medida que possuem valor de uso e, muitas vezes, podendo demonstrar uma coerência pragmática em detrimento de uma coerência teórica (CHARTIER, 2007). A grande dificuldade do professor, muitas vezes, é que ele aprende a ser professor na sala de aula, configurando-se a sua prática pelas ações que realiza, as situações pedagógicas que experimenta provoca organiza e pelos procedimentos de trabalho que se utiliza.

A elaboração e execução de práticas que envolvem o PNAIC requer que se pense em modos de organização do trabalho pedagógico que situem o aluno em um ambiente de atividades lúdicas, interativas, entre outras, possibilitando que ele aprenda, além de realizar variadas leituras de mundo, levantar conjecturas e validá-las, argumentar e justificar procedimentos.

## Resultados e Discussão

O material do PNAIC defende que a escola seja inclusiva e centrada no prazer de aprender (BRASIL, 2012a, p. 11). Nesse sentido, os jogos e as brincadeiras são vistos como oportunidades de mediação entre o prazer e o conhecimento historicamente construído. Assim a ludicidade e aprendizagem são vistas como ações complementares, nas quais o lúdico se faz como recurso facilitador e motivador da aprendizagem escolar.

Quando questionadas as professoras A e B que trabalham com o 2º e 3º ano respectivamente, sobre as contribuições do PNAIC para a sala de aula, as mesmas destacaram que as contribuições são a inserção de novas metodologias para o professor, o aperfeiçoamento da prática docente, novos conhecimentos que foram ressignificados por meio da prática diária, além, do material enviado a escola.

### Quadro 01: Contribuições do PNAIC para a sala de aula

1. Quais as contribuições o PNAIC trouxe para a sala de aula?	
<b>Professor (A):</b>	As contribuições é que trouxe metodologias novas e norteou o professor no sentido de repassar o conteúdo de forma que o aluno interage durante a aula. Com o PNAIC o aluno se alfabetiza na idade certa. Isso depende muito da história de vida de cada educando. Mas trabalho com as metodologias aplicadas pelo PNAIC e com isso vejo que o resultado.
<b>Professor (B):</b>	Bem, o pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa-PNAIC trouxe grandes contribuições para a sala de aula, tais como: o aperfeiçoamento da prática docente, através de informações, principalmente no que diz respeito à alfabetização e o letramento, o programa trouxe novos conhecimentos que foram ressignificados por meio da prática diária de

	acordo com as necessidades dos alunos, além do material enviado a escola (caixa de livros e jogos) que são de grande importância para realizarmos um bom trabalho e inovar nossa prática pedagógica.
--	--

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.

Os cursos de formação e as literaturas acadêmicas têm estimulado a utilização de jogos, brincadeiras e materiais didáticos como recursos pedagógicos para o ensino-aprendizagem mais significativo, mas não devemos nos esquecer de que esses elementos a brincadeira, o brinquedo, o jogo, os materiais pedagógicos, os livros de literatura carregam um saber em potencial que necessita muitas vezes da mediação do professor.

Quando perguntadas as professoras sobre a como o PNAIC contribui na prática docente, as professoras descrevem que os encontros contribuíram para o aperfeiçoamento dos professores na prática pedagógica, integrando nas ações, os materiais e referências curriculares.

#### **Quadro 02:** O PNAIC na prática docente

<b>2. O que PNAIC contribui na sua prática docente?</b>	
<b>Professor (A):</b>	Contribuiu para alfabetizar as crianças de maneira prazerosa de modo que a alfabetização garante o direito das crianças alcançar na escolarização apropriando-se o direito de aprendizagem estabelecido na sala aula.
<b>Professor (B):</b>	O PNAIC contribuiu significativamente na minha prática docente, pois os temas proposto durante os encontros contribuíram para o aperfeiçoamento dos professores na prática pedagógica, integrando nas ações, os materiais e referências curriculares. Afirmando, também que o Pacto, supera o tempo e o espaço, socializa saberes, partilha emoções e registra conhecimentos. Certamente o Pacto Nacional Pela Alfabetização Certa – PNAIC foi para elevar o conhecimento dos professores alfabetizadores no processo da leitura, da escrita e na produção de textos para que possa atender as diferenças dos alunos no contexto escolar de cada realidade.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.



Como se pode observar, construímos, ao longo do texto, três categorias conclusivas, uma para cada espaço citado na escola na escola: atividades lúdicas na sala de aula como recurso pedagógico; atividades lúdicas na brinquedoteca; e atividades lúdicas livres no pátio, como fruição de cultura.

A sala de aula deve se construir como uns espaços nos quais as crianças ficarão imersas no processo de apropriação da leitura e da escrita da língua materna bem como das múltiplas linguagens, com ampla exposição dos alunos aos materiais impressos que nos envolvem cotidianamente e possibilitam explicitar a função social da escrita.

Um dos elementos centrais para o sucesso escolar, em especial no ciclo de alfabetização, é o desempenho e as atribuições assumidas e conferidas aos professores. Acreditamos na capacidade do professor em desenvolver sua prática com qualidade e de forma coerente através do diálogo com seus pares na escola e com os materiais curriculares. cremos que o planejamento é um dos meios para se programar as ações docentes, um momento inicialmente pensado no coletivo da escola, que requer consciência do que se deseja fazer durante o ano letivo.

Quando questionadas sobre o que é o planejamento as professoras, expõem que a organização do trabalho pedagógico visam nortear as ações e práticas em sala de aula, além de sistematizar todos os conhecimentos através dos conteúdos, as atividades, os procedimentos metodológicos e objetivos.

### **Quadro 03: Planejamento**

<b>3. Pra você o que é planejamento?</b>	
<b>Professor (A):</b>	É a organização do trabalho pedagógico que visam nortear as ações e práticas em sala de aula.
<b>Professor (B):</b>	O planejamento nada mais é do que um instrumento por meio do plano de aula que o professor utilizará para sistematizar todos os conhecimentos através dos conteúdos, as atividades e os procedimentos metodológicos que se pretende realizar em uma determinada aula, tendo em vista o que se espera alcançar com os objetivos junto aos alunos em sala de aula.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.

Para que o planejamento se torne um orientador da ação docente, ele precisa refletir um processo de racionalização, organização e coordenação do fazer pedagógico, articulando a

atividade escolar, as práticas culturais e sociais da escola, os objetivos, os conteúdos, os métodos e o processo de avaliação. Esse planejamento deve ter o trabalho coletivo da comunidade escolar como eixo estruturante, sendo a coordenação pedagógica a instância de formação e consolidação do coletivo da escola.

Quando questionadas as professoras sobre os resultados em sala de aula após as formações do PNAIC elas descreveram que elas obtiveram bons resultados na alfabetização e na organização do trabalho com os através do curso promovemos uma aprendizagem mais significativa, repensando a minha metodologia em sala de aula.

**Quadro 04:** Resultados em sala de aula após as formações do PNAIC

<b>4. Você gostou do resultado que teve em sua sala de aula após assistir as formações do PNAIC?</b>	
<b>Professor (A):</b>	Gostei muito tive bons resultados e muito sucesso na alfabetização das crianças e pude aprender de forma prazerosa que o brincar é um processo de educar /de forma que o aluno sinta o prazer em ir para a escola e melhorei 100% o meu planejamento e minha metodologia de como aplicar meus conteúdos.
<b>Professor (B):</b>	Sim, eu gostei muito do resultado que tive em minha sala de aula após assistir e participar das formações do PNAIC, pois de grande importância para a organização do meu trabalho com os meus alunos através do curso pude promover uma aprendizagem mais significativa e repensar a minha metodologia em sala de aula.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.

Ao planejar, em classes multisseriadas, em cada etapa da sequência, é necessário monitorar os diferentes níveis de aprendizagem para se ter um maior direcionamento das atividades seguintes, possibilitando vivências diversificadas, sejam elas de organização dos alunos ou dos tipos de atividades. Por fim, ressaltamos que o trabalho com sequências didáticas pode favorecer uma tomada de consciência no estudante acerca do que ele precisa aprender e a sensação de que essa busca pela aprendizagem pode se dar por diferentes caminhos. Por meio de diferentes atividades e que ele é o sujeito que precisa buscar ativamente tais aprendizagens. Tal pressuposto é ainda mais importante ao lidarmos com turmas multisseriadas, que exigem uma busca mais intensa por uma regulação maior sobre sua própria aprendizagem.

Os educandos, que tem diferentes níveis de experiência extraescolar, e também níveis diferenciados no processo de alfabetização, se tornam, coletivamente, mais autônomos e responsáveis pelas atividades escolares. Essa regulação vinculada principalmente nos momentos de avaliação torna-se rica, pois haverá um maior envolvimento nas atividades de reflexão sobre os modos de participação.

## **Conclusões**

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC trouxe para os professores alfabetizadores novos métodos para desenvolver suas habilidades dentro da sala de aula, como a utilização dos jogos, dos livros didáticos, assim percebemos o quanto esses recursos são de suma importância para o aprendizado das crianças.

É importante ressaltar que PNAIC é uma formação de professores que leva os mesmos a buscar novas estratégias e metodologias de como levar as crianças no mundo da imaginação, ou seja, suprir as necessidades das crianças de forma que elas viajam no mundo da imaginação.

Em suma, também é importante destacar que o planejamento é um instrumento de democratização, pois quem não planeja não permite que outros participem de forma ativa das ações, visto que estará inseguro diante do que virá, pois está sempre improvisando. Quando planejamos, permitimos uma leitura mais ampla da situação e envolvemos outros sujeitos e saberes para alcançarmos o que desejamos. Resumindo, trata-se também de uma postura respeitosa para com aqueles com quem desenvolvemos a ação pedagógica e para com nosso próprio desenvolvimento.

## **Referências**

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC/CNE, 2002.

BRASIL, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Ludicidade na Sala de Aula**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Ano 01. Unidade 04. Brasília: MEC, SEB, 2012a.

BRASIL, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Apresentação.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional – Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Organização do Trabalho Pedagógico.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional – Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **A criança no ciclo de alfabetização.** Caderno 02. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional – Brasília: MEC, SEB, 2015.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉRBRAD, jean. **L' invention du quotidien: une lecture, des usages.** Paris: Le debate. 1987.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da liberdade** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980, p. 34.

FREITAS, Luís Carlos. **Crítica da Organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas: Papyrus, 1995.

FREITAS, Luiz Carlos. Escola única do trabalho. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 337.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez 2008.

KRAMER, Sônia. A Infância e sua singularidade. In: BRASIL. **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para inclusão da criança de seis anos de idade.** Brasília: MEC/SEB, 2007, p. 13 – 23.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** São Paulo: Ícone, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1999.